

**PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO:
INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO E DA INVESTIGAÇÃO
PSYCHOLOGY AND EDUCATION:
INTERNATIONALIZATION OF RESEARCH AND
TEACHING**

Feliciano H. Veiga

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

<https://doi.org/10.17060/ijodaep.2014.n1.v5.669>

*Fecha de Recepción: 19 Febrero 2014
Fecha de Admisión: 30 Marzo 2014*

ABSTRACT

The issue of internationalization of research and teaching has risen as important and current in different domains and theoretical models, despite the lack of studies and the necessity of deepening the existing ones. The main purpose of this conference was to consider some specificities of the internalization of research and teaching in psychology and education. Address the transactional dimension of research and teaching implied attending to several variables such as education and values, humanization, democratization, fragilities, investments, knowledge environments, visibility, assessment, projects and bilateral agreements. The *considered problem* was: how do relationships between these variables occur, considering the multiple interactions which constrain them, rising global challenges and the search for countries interactions? The concept of higher education internationalization has emerged encompassing a diversity of related notions and several development phases. Internationalization was conceptualized as international education related exchanges, and globalization was understood as an advanced phase of the internationalization process (Bartell, 2003). The lack of empirical studies was noticed, even though conceptual perspectives may be found, which point to answers to the difficulties found by psychology and education in affirming themselves in the challenges aroused by the internationalization of research and teaching, both in general and in the luso-american knowledge sphere. Throughout history, one can notice that the biggest error in education and science was the “help to the most powerful”, in the war and in the starvation. We conclude about the urgency to humanize science, internalizing it, approaching it to the citizens, whatever their country is. Sociopolitical implications are mentioned, as well as intervention suggestions, heading an education for all.

Keywords: research internationalization, higher education, foreign university students, psychology and education, science humanization.

RESUMO

A problemática da internacionalização da investigação e do ensino tem surgido como importante e atual, em várias áreas e diferentes modelos teóricos, destacando-se, no entanto, a escassez de investigações e a necessidade de aprofundamento das existentes. O objetivo geral desta Conferência foi considerar especificidades da internacionalização da investigação e do ensino em Psicologia e Educação. Falar da dimensão transnacional da investigação e do ensino implicou considerar variáveis como educação e valores, humanização, democratização, fragilidades, investimentos, espaços de conhecimento, visibilidade, avaliação, projetos e acordos bilaterais. O *problema considerado* foi o seguinte: Como se processam as relações entre estas variáveis, atendendo a múltiplas interações que as condicionam, levantando desafios globais e buscas de interação entre países? O conceito de internacionalização da educação superior surge com uma diversidade de termos relacionados e várias fases de desenvolvimento. A internacionalização foi conceptualizada como trocas internacionais relacionadas com a educação, e a globalização foi entendida como uma fase avançada do processo de internacionalização (Bartell, 2003). Constatou-se a falta de estudos empíricos, embora se encontrem perspetivas conceptuais que deixam antever hipóteses de respostas aos problemas de afirmação da Psicologia e Educação, nos desafios derivados da internacionalização da investigação e ensino, em geral e no espaço de conhecimento luso-americano. Pôde constatar-se que, ao longo da História, o maior erro da educação e da ciência foi “dar ajuda ao mais potente”, na guerra e na fome. Conclui-se que urge humanizar a ciência e, internacionalizando-a, levá-la aos cidadãos, qualquer que seja o país onde se encontrem. Implicações sociopolíticas são referenciadas, bem como sugestões de intervenção, rumo a uma educação para todos.

Palavras-chave: internacionalização da investigação, ensino superior, estudantes universitários estrangeiros, psicologia e educação, humanização da ciência.

INTRODUÇÃO

No estudo e revisão do tema, foram considerados, como referenciais, autores com vários tipos de vozes, salientando-se três dimensões deste trabalho, que se declinam numa *Introdução* “Relações bilaterais”, e “Educação e Valores”, no *Tema* específico “Ensino, Investigação e Internacionalização”, e num núcleo de *Ideias finais*.

RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE PAÍSES

Portugal e Espanha quase sempre viveram como irmãos, e parecem estar hoje num novo ciclo, olhando para a configuração das suas políticas educativas. Partilham itens de uma agenda transnacional, como: escolarização de amplas camadas sociais e valorização de aprendizagens extraescolares; implementação de mediações educativas; e elaboração de rankings entre escolas. Em Espanha e em Portugal, parece acentuar-se a quebra da crença na escolaridade, aumenta a precarização da profissão docente, e surge a fuga de cérebros e a emigração qualificada.

No recente livro de Adriano Moreira (2013), intitulado *Memórias do outono ocidental: Um século sem bússola*, o Professor, falando de um mundo sem norte, refere-se a um globalismo à deriva, levando ao recuo dos direitos humanos. Explica a desorientação de órgãos internacionais, como a própria ONU, que atuam sem “conceito de coordenação estratégica”, fechando os olhos ao liberalismo e ao economicismo que, destruindo o estado social, corrói a confiança entre as sociedades. Fala da “troca do valor das coisas pelo preço das coisas” (p. 16, cit. por Nóvoa, 2014), adverte que “só há futuro se respeitarmos o eixo da roda que são as pessoas e os valores (p. 68) e apela à “vigilância ativa do humanismo” (p. 378). Falar de Espanha-Portugal implica considerar variáveis importantes, que aqui limito a duas “educação e valores”.

EDUCAÇÃO E VALORES

Num estudo de 2014 — intitulado *Literacia Social: Os Valores como Fundamento de Competência*, da Universidade Católica Portuguesa e do Instituto Luso para o Desenvolvimento Humano —, os indivíduos com mais habilitações escolares e com mais rendimentos económicos foram os que deram menos importância à solidariedade, à justiça e aos valores democráticos. Quanto mais avançamos nos níveis de instrução, do 1º ciclo ao ensino superior, a importância da justiça ou da solidariedade vai baixando progressivamente. Os mais instruídos e os mais ricos são aqueles que mais desvalorizam a justiça e a solidariedade. Quando questionados sobre a importância de ajudar os outros, 87% dos inquiridos com o 1º ciclo respondem afirmativamente, uma percentagem que baixa para 83% quando os inquiridos têm o 2º ciclo, para 74% quando têm o 3º ciclo, para 59% quando têm o bacharelato, e ficando o valor mais baixo na fatia dos licenciados, mestres ou doutorados, com 53%. A mesma pergunta cruzada com os níveis de rendimento revela que 86% dos inquiridos que ganham até 500 euros consideram muito importante ajudar os outros, percentagem que vai baixando à medida que os rendimentos aumentam e que atinge o valor mais pequeno (47%) quando chega ao grupo dos que ganham mais de quatro mil euros por mês.

A explicação passa pelo facto de os elevados rendimentos e os elevados níveis de instrução “serem contrários” àquilo que é a harmonia social e o desenvolvimento pessoal, refere Lourenço Carvalho (2014), relevando que é preciso mudar o sentido da educação, a dimensão humana, que está cada vez mais afastada dos currículos.

Face ao que foi dito, que poderemos pensar do que tem sido e do que quer ser o ensino e a investigação, na sua dimensão de internacionalização? É o que passo a considerar.

ENSINO, INVESTIGAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

Ensino

Desde a década de 80, Portugal aumentou de forma exponencial a oferta formativa e o número de diplomados. De acordo com o *Relatório Education at a Glance 2013*, a taxa de graduação ao nível da licenciatura cresceu dos 15% em 1995 para os 40% em 2011, o que coloca Portugal na média dos países da OCDE (39%). O ensino dito superior democratizou-se e chegou a largas classes sociais, assumindo-se como o principal fator de ascensão social. Temos, hoje, licenciados, mestres e doutores que são fruto do seu esforço e trabalho, mas cujo acesso ao ensino superior apenas foi possível graças à Ação Social Escolar.

Hoje, acontece, porém, que 33% dos alunos inscritos no ensino superior não chegam a concluir o grau. O fenómeno do abandono escolar merece a atenção das Universidades e dos Governos. Parece que estas coisas e tais dados não têm sido muito diferentes em Espanha.

É de arguir, e este é um primeiro corolário, que, a par do ensino, também a investigação em Psicologia e Educação deve contribuir para a construção de um futuro mais humano e social, buscando novas respostas para “problemas de pesquisa” que sejam pertinentes em Portugal e em Espanha.

Investigação

O que é e o que tem sido a investigação? A investigação é o que a ciência faz na procura da verdade. O primeiro reitor da Universidade de Brasília, Darcy Ribeiro, escreveu que “podemos não ter nenhuma verdade a dar, a não ser a única verdade possível, que é a de buscá-la eternamente” (cit. por Nóvoa, 2014). Esta é uma bela referência que me transporta ao poema seguinte:

Reparto-me eu por várias teorias / e vou de uma / a outra / como um pássaro difuso nos ramos / de uma palmeira. / umas / dão-me alegrias / contidas / outros melancolias / que choram. / assim / meus planos e sonhos / se repartem pelos dias. / porém, / quando vejo a ciência de mão dada com o bem / a minha alma ganha uma paz rara / e tamanha (Veiga, 2006).

Descendo à prosa, vê-se que, se a investigação é grande na sua importância, os seus problemas não são menores. Temos uma investigação ainda muito académica, que se destina em grande parte à obtenção de graus universitários ou à preparação de provas de progressão na carreira docente (Pacheco, 2009). A investigação que temos, muitas vezes, não toma como ponto de partida os problemas detetados no mundo, no *campus* da Psicologia e Educação, nem os seus resultados aparecem relevantes para a atuação dos profissionais e dos decisores políticos. A Psicologia e a Educação revelam muitas limitações, mais evidentes se discutirmos a sua cientificidade, como fazem Estrela (2008) e Nóvoa (2001), ao levantarem as fragilidades das Ciências da Educação.

Na derivação de uma ideia de George Shaw, prémio Nobel da literatura em 1925, tem-se gasto muito tempo a descrever as coisas como elas são e a dizer “por quê”, quando, o que é preciso é sonhar com coisas que não existem e perguntar “por que não”. Temos, nos dias de hoje, uma investigação produtivista, muito virada para o número de publicações em revistas indexadas ao sistema ISI ou ao SCOPUS, muitas vezes sem se preocupar com problemas socialmente úteis nem com temáticas fundamentais para a realidade psico-educacional.

A visibilidade da comunidade científica passa pela sua capacidade de interrogação do real e pelo diálogo que for capaz de travar, inclusive com o poder político. Neste caso, só estando organizada, pode uma determinada comunidade académica pensar-se criticamente, refletir sobre o seu trabalho, identificar obstáculos, superar fragilidades e elevar os seus níveis de exigência (Lima, 2009). Precisamos repensar a responsabilidade científica do investigador em Psicologia e Educação, mas também a sua responsabilidade social (Guzzo, Moreira, & Mezzalira, 2013; Veiga, 2013). Se a Psicologia e a Educação não enveredarem por um conceito de investigação assente no rigor e na busca do bem para todos, estarão condenadas a não serem GRANDES. Para isso, é preciso aceitar fazer muitas pequenas coisas; mas, quem não for capaz de aceitar fazer pequenas coisas jamais verá perante si as coisas grandes. Fazê-las no âmbito da internacionalização do conhecimento pode ser uma boa forma.

Internacionalização

O conceito de internacionalização da educação superior surge como complexo, com uma diversidade de termos relacionados e várias fases de desenvolvimento. Bartell (2003) conceptualiza a *internacionalização* como trocas internacionais relacionadas com o conhecimento, e define a *globalização* como uma avançada fase do processo da internacionalização. Morosini (2006) procurou identificar o estado de conhecimento sobre internacionalização universitária, recorrendo a dados de periódicos da Europa e da América do Norte. Revela que a internacionalização da educação superior se fortificou sobretudo a partir da década de 90 e que, nos dias de hoje, necessita de políticas que freiem a perspetiva mercantilista e que contribuam para a qualidade académica e o bem-estar social.

As estratégias de internacionalização marcam o Século 21 e estão voltadas, primordialmente, para a função de ensino, menos para a pesquisa. Neste período, cresceu o número de produções científicas que discutem as estratégias de internacionalização: nível de ensino, aprendizagens, construção de identidades, adaptação, currículos internacionalizados, e desenvolvimento tecnológico para apoio à internacionalização.

Considerando a internacionalização dos currículos, parece poder dizer-se que, atualmente, os modelos europeu, português e espanhol de ensino da Psicologia assemelham-se, parcialmente, na organização e no objetivo central de formar psicólogos e professores.

Entre os programas de mobilidade internacional, merece referência o programa ERASMUS, no âmbito do qual já beneficiaram mais de dois milhões de jovens estudantes europeus, sendo considerado um dos maiores êxitos da política europeia comum (Santos & Filho, 2012). O Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI) incide na formação de professores do ensino básico e secundário e permite a mobilidade académica de estudantes universitários.

Importantes são também os estudos que têm surgido e que abordam os problemas psicossociais dos alunos estrangeiros, para integrarem estratégias de aprendizagem. Hellsten e Prescott (2004) defendem os métodos interativos (ensino baseado na discussão) como superiores aos métodos centrados no professor. São também apontados o ensino e a pesquisa em rede, que, num ensino a distância, possibilitam a desvinculação do contato presencial (Feitosa, 2007; Hellsten & Prescott, 2004).

Acontece que, sem investimento, não pode haver internacionalização. Ora, Ciências Sociais e Humanas (CSH) passaram recentemente a ser financiadas a 15% do total do financiamento público para a Ciência, e não a 22%, como até então. Ao diminuir o investimento na ciência, ao recusar emprego a jovens cientistas muito bem preparados, está-se a deitar fora a chave do futuro (Fiolhais, 2014, DN, 10/01). Quais são as consequências disso? Ficamos cientificamente mais pobres, o que significa, cultural e socialmente mais fracos. E os jovens mais capazes, em cuja preparação investimos, estão a sair para outros países (Fiolhais, 2014, DN, 10/01).

Assim, eu olho o meu país e lembro-me dos versos do poeta Manuel António Pina (2011), quando disse “*do que podia ter sido / restam ruínas*”.

Apesar destes fracassos associados ao ensino superior, as experiências de internacionalização mais evoluídas e politicamente mais significativas podem ser encontradas na Europa e na América Latina. As experiências de internacionalização universitária, já em prática entre Portugal e Espanha, podem ser estendidas aos restantes Países de língua portuguesa e espanhola.

A universidade não pode recusar o desafio da internacionalização, com receio de ver comprometida a sua autonomia. De facto, assiste-se ao fortalecer de uma nova dimensão de avaliação das universidades, baseada em índices de internacionalização, como a percentagem de estudantes e de professores estrangeiros. Segundo o Ministério da Educação, nos três últimos anos, o número de alunos internacionais em instituições de ensino portuguesas cresceu 60%, transformando as escolas numa aldeia global, onde coabitam jovens de 174 países, que ao todo representam 8,5% do total.

No que respeita à minha universidade, a internacionalização é um dos eixos centrais do desenvolvimento e da identidade da Universidade de Lisboa (<http://internacional.ulisboa.pt/>), instituição que valoriza a pluralidade de áreas do conhecimento e a multiculturalidade, atraindo universitários de todo o mundo pela qualidade do ensino e da investigação que pratica. Distingue-se a mobilidade internacional de alunos e de docentes.

Mobilidade Internacional de alunos. Na Universidade de Lisboa, os alunos de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento podem realizar um período de mobilidade, entre 2 a 12 meses, em instituições dos diversos países da Europa. No Programa Erasmus, há acordos bilaterais entre as universidades. O Programa Erasmus Estudos (SMS) permite a mobilidade entre 1 semestre e 1 ano letivo em instituições de ensino superior na União Europeia; este programa visa proporcionar a frequência de um período de estudos, com pleno reconhecimento académico, numa universidade sediada num país da União Europeia e ainda, Turquia, Noruega, Islândia, Liechtenstein, Croácia ou Macedónia. O Programa Erasmus Estágio (SMP) possibilita a mobilidade entre 2 a 12 meses em instituições de ensino superior ou outras na União Europeia; este programa permite que estudantes do ensino superior, independentemente do seu grau académico, efetuem um estágio profissional curricular ou extracurricular, numa empresa ou universidade num outro país participante no programa.

Mobilidade internacional de docentes. No Programa de Mobilidade Erasmus, a mobilidade de pessoal docente para missões de ensino tem por objetivo: a) estimular as instituições de ensino superior a alargar e enriquecer o âmbito e os conteúdos dos cursos que oferecem; b) promover o intercâmbio de saber especializado e da experiência relativamente a métodos pedagógicos; e c) criar elos de ligação entre instituições de ensino superior e empresas. A mobilidade docente deverá ter uma duração mínima de 2 dias (o requisito mínimo para uma missão de ensino é de 8 horas de ensi-

no) e máxima de 2 meses. Há uma lista de universidades para Mobilidade, renovável anualmente. Professores interessados em fazer um período de mobilidade no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL) podem apresentar, em qualquer altura do ano, uma candidatura ao programa pós-doutoramento, enviando curriculum vitae, carta com indicação da área de investigação e ensino, e carta convite assinada por um Professor do IEUL (Informações em <http://www.ie.ulisboa.pt/portal/>).

Assumida nos moldes que cada universidade define, na prossecução de objetivos que a ela compete estabelecer, a internacionalização será um fator que garante e busca a diversidade do sistema. E é aqui que chegamos à importância da Cooperação Transnacional, através de Acordos Bilaterais, Portugal-Espanha.

CONVÉNIOS FCT/CSIC

A Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), em Portugal, e o Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), em Espanha, apoiam atividades conjuntas de investigadores, ao nível de pós-graduação e de aperfeiçoamento de docentes universitários. Nas páginas web da FCT e da CSIC, na secção *Cooperação Transnacional*, encontra-se informação de resposta a perguntas como as seguintes: Quais são as candidaturas elegíveis? Como se processa a abertura dos Concursos? Qual o processo de submissão de candidaturas? Quais os critérios na avaliação das candidaturas? Como se procede à avaliação das candidaturas? O que é financiado? Quem pode participar? Quais os prazos de execução? O que é esperado, depois de aprovado? Qual é o calendário das atividades?

Desde que cientificamente fundamentados e inseridos nos critérios de elegibilidade, os projetos a propor podem abranger as mais variadas áreas. Na Psicologia e na Educação, o estudo da motivação dos alunos poderá ser o tema de um projeto a propor — e para o qual deixo o desafio.

UM PROJETO CENTRADO NA MOTIVAÇÃO

Dentro de vários outros possíveis projetos de interesse Portugal-Espanha, poderia ser proposto um Projeto *intitulado Motivação dos Alunos para o Desempenho Académico* (MADA). Este Projeto foi recentemente estruturado no âmbito da coordenação do “Grupo de Investigação Psicologia da Educação” da “Unidade de Investigação, Desenvolvimento e Formação” (UIDEF) do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL), e tem por *objetivo geral* realizar pesquisas sobre a motivação, o rendimento e o comportamento escolar dos alunos.

O estudo dos conceitos “motivação dos alunos” e “desempenho académico” tem surgido como *importante e atual*, sobretudo nas teorias cognitivo-sociais, que destacam a escassez de investigações e a necessidade de aprofundamento das existentes. A motivação apresenta-se ligada ao “envolvimento dos alunos na escola”, conceito transdisciplinar que tem sido apontado como uma via de respostas aos problemas nas escolas dos nossos dias.

Atendendo à natureza do tema a investigar e suas variáveis, este Projeto pode organizar-se em 4 dimensões ou temas mais específicos: (1) Antecedentes da motivação dos alunos para o desempenho académico (MADA): fatores sociofamiliares, escolares e pessoais; (2) MADA: conceptualização e avaliação; (3) Consequentes da MADA: rendimento académico, comportamento escolar, absentismo, abandono, e comportamentos de risco; e (4) Promoção da MADA: elaboração e avaliação de programas de intervenção.

Uma boa notícia, quase de última hora, é a seguinte: Na lista da SCImago, publicada no início de fevereiro de 2014, a Universidade de Lisboa é a 2.^a colocada no ranking ibero-americano que mede a produção científica das instituições de ensino superior. É com orgulho que, sendo minha, vejo a Universidade de Lisboa assim colocada. Isto mesmo dá-nos ânimo para “construir pontes”,

por onde passem intercâmbios de investigação e ensino, e para manter abertas, ao longo de todo o ano, admissões a Programas intercalares de Doutoramento, e a Programas de Pós-doutoramento — no âmbito de projetos particulares ou institucionais (por exemplo, FCT/CSIC) —, valorizando a ligação com Espanha e com África.

Uma outra boa notícia, esta vinda da Europa, é a implementação de uma linha de financiamento europeia, denominada “Horizonte 2020”, que vai ser “o maior programa de investigação e inovação a nível mundial”. A relatora portuguesa do Parlamento Europeu realçou que a dotação do Programa é de 79,4 mil milhões de euros para o período 2014/2020.

Do que foi dito, que ideias-chave poderão agora ser relevadas, sabendo nós que a ciência não tem chaves-mestras que abram todas as portas dos complexos problemas psicológicos e sociais?

IDEIAS FINAIS

Procurou-se trazer aqui elementos de reflexão sobre a realidade psico-educacional ligada ao tema *Psicologia e Educação: Internacionalização do Ensino e da Investigação*. Do que foi dito, urge questionar as orientações de natureza política e pragmática que afetam a investigação e os investigadores em Psicologia e Educação, em contexto nacional e internacional, bem como avaliar os problemas próprios da Psicologia e Educação, as suas potencialidades e as perspetivas futuras.

Num artigo que tomei como referencial, intitulado “Investigação e investigadores em educação: Anotações críticas”, Lima (2009) adverte que o conhecimento, como bem público, está em crise. Emergem, em simultâneo, os novos *rankings* de instituições, onde o modelo anglo-americano volta a sobressair. No *ranking* que incluiu as primeiras duzentas “melhores universidades do mundo”, publicado em 2009 pelo *The Times Higher Education*, as primeiras vinte universidades eram todas de língua inglesa: treze dos EUA, cinco do Reino Unido, uma da Austrália e uma do Canadá.

Altbach (2002) adverte que as corporações multinacionais e as grandes universidades podem tornar-se em novos neocolonialistas, procurando o domínio, não só por razões ideológicas, mas também por objetivos comerciais. A internacionalização universitária é definida como o processo que integra uma dimensão intercultural e internacional em objetivos e oferta” (Knight, 2004). Da mesma forma, é reforçada a relação entre globalização e internacionalização: a internacionalização está a transformar o mundo da educação superior, e a globalização está a mudar o mundo da internacionalização (Knight, 2004).

As instituições de ensino superior podem estar a afastar-se de um paradigma educativo, uma vez que a comercialização do conhecimento aparece em força. Não surpreende, por isto, que os conceitos-chave sejam as “qualificações”, as “competências”, e as “habilidades”, deixando para trás a educação, a relação humana, a relação de ajuda, a psicologia, e a sua vocação para a transformação da vida, individual e coletiva (Lima, 2009; Veiga, 2013).

Não sei se os consensos serão possíveis ou, mesmo, desejáveis. Mas a discussão, sim. Distintas conceções e projetos de Psicologia e Educação são possíveis e, naturalmente, estão já no terreno, com expressões diversas. Dir-se-ia que é preciso cultivar maior rigor, mesmo admitindo que avançamos bastante nas últimas décadas, sendo hoje possível encontrar investigações e trabalhos de grande mérito e qualidade, face aos melhores padrões internacionais. Parece indispensável criar condições para que se abandone uma atitude defensiva, como se a área da Psicologia e Educação fosse algo débil. E isto é parcialmente verdade, mas pode ser mudado.

Pergunta-se: Os índices de citação são aplicáveis sem problemas e adequam-se ao trabalho investigativo? Os projetos editoriais das unidades de investigação, sobretudo no caso das revistas académicas de circulação internacional, não devem ser especialmente valorizados?

Se os problemas são muitos, haverá que não desprezar as potencialidades da Psicologia e Educação, que, de forma simplesmente exemplificativa, específico: a existência de um número de

doutorados, de unidades de investigação, de mestrados e doutorandos sem precedentes na história; e a existência de uma considerável capacidade de atração de estudantes de pós-graduação e de pós-doutoramento.

Nestes e noutros aspetos, há que reconhecer que a área da Psicologia e Educação nunca antes foi tão forte. De qualquer modo, uma conceção instrumental e estritamente aplicada da Psicologia e Educação, de feição tecnicista e prescritiva, será aquela que menos contribuirá para a consolidação científica do conhecimento psicológico e educacional, para a sua função crítica e para o seu impacto psicossocial.

O que foi dito conduz a um caminho que retoma obstáculos sociopolíticos, que se destacam em seguida.

Elementos sociopolíticos. Começa a sentir-se, em Portugal, que alguns alunos mais carenciados estão a abandonar a universidade, quando, já na reforma republicana, se proclamava “que ninguém fique de fora” da escolaridade a que tem direito (Nóvoa, 2001). Embora o *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)* mostre que a fome e a pobreza têm diminuído no mundo, estamos a passar por momentos difíceis, em que a injustiça, a iniquidade, o desemprego e a fome fazem parte da realidade de muitas pessoas (Mendes, 2002). Na Europa, Portugal surge como um dos países em que as desigualdades sociais são maiores, apesar de o poder ter sido sempre exercido por dois dos partidos com maior representação social.

Que soluções existem no mundo, dito moderno, para tal estado de coisas que envergonha a humanidade? Embora tenham vindo a aumentar as preocupações da comunidade mundial por estes problemas, não é muito provável que tal situação se altere nos próximos anos. Então, onde está a solução?!

As respostas para tais problemas têm de ser encontradas na educação, por todos e, talvez, recorrendo a um dos mais importantes direitos humanos, o direito à indignação, para utilizar as palavras de Stéphane Hessel (2011), no seu recente e famoso opúsculo intitulado “Indignai-vos”. Embora saibamos que muito se tem feito nos últimos anos, reconheça-se por tudo isto, o direito à indignação.

O que nos leva aos versos de Hélia Correia (2012), quando, no seu recente livro premiado, intitulado “A Terceira Miséria”, diz: “*De que armas dispomos / senão destas / que estão dentro do corpo: o pensamento (...), do qual virá um início?*”.

É isso: precisamos de um início. Precisamos de escolas e de países que, educando, transmitam valores e previsibilidade. Urge passar do desamparo ao amparo, do desânimo ao ânimo, do ilógico ao psicológico, e do monetário ao humanitário. É isso: precisamos de um início.

Sabemos, pela Ciência e pela História, que quanto mais problemas económicos e sociais tem um país mais deverá melhorar a qualidade do ensino e da investigação, pois é daí que pode surgir o impulso necessário a um estado de desenvolvimento superior, com satisfação dos direitos das pessoas, de todos, na escola e na vida (Veiga, García, Neto, & Almeida, 2009).

Diz-se que “*O homem vale, sobretudo, pela educação que possui*” (assim começa o preâmbulo do Decreto de 29 de março de 1911). Frase orientadora destes esparsos pensamentos — que nos foi conduzindo à metáfora da “vela que ilumina”, mas que, ardendo, se consome e transubstancia. De facto, homens houve que — grandemente escolarizados, letrados e diplomados — ficaram na história como ditadores. Assim, à frase “O homem vale, sobretudo, pela educação que possui” urge acrescentar “e que o leva a pensar, sentir e agir, não como ateniense nem grego, mas como um cidadão do mundo”.

Perante os horrores daquilo que aconteceu num campo de concentração nazi, o papa João Paulo II disse um dia: “*Onde estavas tu, Deus, quando isto aconteceu?*” Faz anos, eu visitei um desses campos e, todo eu tremendo, pensei: Os indivíduos que praticaram tais horrores estavam entre

os mais escolarizados! Como é possível ter grande sabedoria e, simultaneamente, ser monstro, com seguidores terríficos?

O que temos que saber é que nada do que é humano nos pode ser estranho. O que temos que fazer é tomar como azimute a dignidade humana, em tudo o que temos em psicologia e educação. Há muito que FAZER, mesmo sabendo que temos muito que esperar, pois, como disse Albert Camus, as grandes ideias vêm mansamente. Pense-se, não a partir do económico, mas a partir do psicológico, das pessoas, do social, do bem-comum.

Do que foi dito — e do meu ponto de vista, sabendo que um ponto de vista não é mais do que a vista através de um ponto —, há que humanizar, há que ligar valores, ensino e investigação, graduação e pós-graduação. Há que promover a combinação de conteúdos e competências, bem como a mobilidade de estudantes, de professores e de psicólogos. É preciso levar a ciência aos cidadãos.

Antes de terminar, permitam-me fazer aqui um apelo: psicólogos, sede, sejamos Psicólogos; professores, sede, sejamos Professores; estudantes, sede, sejamos Estudantes; sociedades, sede Sociais. Leve-se daqui uma ideia de Padre António Vieira: “*Nós somos o que fazemos. O que não se faz não existe. Portanto, só existimos nos dias em que fazemos. Nos dias em que não fazemos apenas duramos.*” Estas palavras conduzem-nos a Mandela, quando diz que “*Um santo é um pecador que luta até ao fim*” (Moreira, 2013, p. 41, cit. por Nóvoa, 2014).

Precisamos de pensar criticamente! Pensar criticamente a formação dos psicólogos (Guzzo, Moreira, & Mezzalira, 2013) e dos professores (Veiga, 2013). E... sonhe-se! *Do que pode vir a ser, / aurore / de tudo o bem de todos.*

Antes de terminar, vejo a necessidade de construir pontes, entre países, entre todos os países. O Mapa é magno, é o mundo, mas há que fazê-lo, porque, quando o homem sonha, a obra nasce, se Deus quiser.

Quando a Ciência e a Educação tiverem evoluído ao ponto de sabermos que nunca mais haverá coisas horrendas como campos de concentração nazi, quando tivermos um ENSINO PARA TODOS, então atingiremos o estado superior da Educação. Finalmente — e para terminar por aqui —, quando atingirmos o estado superior da Educação, então todas as pessoas, ao acordarem pela manhã, sentirão uma vivência de atração centrípeta para o bem-comum. Enquanto isto não acontecer, continuará a justificar-se a nossa preocupação com a ciência e com a investigação, com a Psicologia e com a Educação.

(*) Uma versão específica Portugal-Brasil foi apresentada na Conferência proferida na *Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC)*, enquanto Professor visitante, na Aula Inaugural do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, em 12 de fevereiro de 2014.

O trabalho de investigação que a suporta foi apoiado financeiramente pela *Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)* para o período 2010-2014, e desenvolvido no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Feliciano H. Veiga é Doutor em Psicologia da Educação (PE) pela Universidade de Lisboa (UL), Professor Catedrático, coordenador do Doutoramento em Educação, especialidade PE, e membro do Conselho Científico do Instituto de Educação (IE) da UL. Membro da “Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação” do IEUL, e coordenador do Grupo de Investigação em Psicologia da Educação. Implementou e coordenou diversos projetos de investigação em PE e orientou numerosas teses de mestrado e doutoramento. Endereço: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, 1649-013, Lisboa, e-mail: fhveiga@ie.ul.pt;

REFERÊNCIAS

- Altbach, P. G. (2001). Why higher education is not a global commodity. *The Chronicle of Higher Education*. USA, v. 47.
- Bartell, M. (2003). Internationalization of universities: A university culture-based framework. *Higher Education*. Manitoba, Winnipeg, p. 37-52.
- Correia, H. (2012). *A Terceira Miséria*. Lisboa: Edição Relógio D'Água
- Estrela, M. T. (2008). As Ciências da Educação, Hoje. In J. M. Sousa (Org.), *Actas do IX Congresso da SPCE — Educação para o sucesso: políticas e atores*. Funchal: SPCE, pp. 15-35.
- Feitosa, M. A. G. (2007). Implicações da internacionalização da educação para a formulação de currículos em Psicologia. *Temas em Psicologia*, Vol. 15, 1, 91-103.
- Fiolhais, A. (2014). *Diário de Notícias*, 10, 1.
- Guzzo, R. S. L., Moreira, A. P. G., & Mezzalira, A. S. C. (2013). Intervenção psicossocial: teoria e prática na inserção do psicólogo em instituições públicas de ensino. In M. H. Bernardo, R. S. L. Guzzo & V. L. Souza (Orgs.), *Psicologia social: perspectivas críticas de atuação e pesquisa* (pp. 69-89). Campinas: Alínea.
- Helisten, M., & Prescott, A. (2004). Learning at university: the international student experience. *International Education Journal*. v.5, n.3, p. 344-351.
- Hessel, S. (2011). *Indignez-vous*. Paris: Indigène Éditions.
- Knight, J. (2004). Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. *Journal of Studies in International Education*, v.8, n.1, p. 5-32.
- Lima, L. (2009). Investigação e investigadores em educação: Anotações críticas. *Sísifo, Revista de Ciências da Educação*, 12, p. 63-72.
- Mendes, V. (2002). *Direitos Humanos: Declarações e Convenções Internacionais* (1ª Edição). Lisboa: Vislis Editores.
- Moreira, A. M. (2013). *Memórias do Outono Ocidental - Um Século sem Bússola*. Coimbra: Almedina.
- Morosini, M. C. (2006). Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior — Conceitos e práticas. *Educar, Curitiba*, n. 28, p. 107-124.
- Nóvoa, A. (2001). Eu pedagogo me confesso. *Diálogos com Rui Grácio*. *Inovação*, 14, 1-2, pp. 9-33.
- Nóvoa, A. S. (2014). Adriano Moreira: Memórias do Outono Ocidental: Um Século sem Bússola. *Jornal de Letras*, nº 130, www.jornaldeletras.sapo.pt
- Pacheco, J. (2009). Ciências da Educação e investigação: o pesadelo que é o presente. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, pp. 5-18.
- Pina, M. A. (2011). *Como se desenha uma casa*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Santos, F. S., & Filho, N. A. (2012). *A Quarta Missão da Universidade. Internacionalização Universitária na Sociedade do Conhecimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
- Veiga, F. H. (2006). *Vapor de Pedra*. Lisboa. Universitária Editora.
- Veiga, F. H. (Coord.) (2013). *Psicologia da Educação: Teoria, Investigação e Aplicação - Envolvimento dos Alunos na Escola*. Lisboa: Climepsi Editora.
- Veiga, F. H., García, F., Neto, F., & Almeida, L. (2009). The Differentiation and Promotion of Students' Rights in Portugal. *School Psychology International*, Vol. 30(4), 421-436.